



APROVADO POR UNANIMIDADE  
JUNTA DE FREGUESIA DE ALJEZUR

08/09/2014

APROVADO POR UNANIMIDADE  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALJEZUR

19/09/2014

**REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE  
SUBSÍDIOS A ENTIDADES E ORGANISMOS DA  
ÁREA DA FREGUESIA COM FINS DE INTERESSE  
PÚBLICO**



*Handwritten signature and name: Joaquim Paquet*

**Regulamento para a concessão de  
subsídios a entidades e organismos da área  
da Freguesia com fins de interesse público**



**2014**

*H. Almeida*  
*Aljezur*

## **Nota justificativa**

A prossecução do interesse público da freguesia, concretizada, também, por entidades legalmente existentes na freguesia, que visam fins de natureza cultural, desportiva ou outros socialmente relevantes, constitui auxiliar inestimável na promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações.

Pela importância que a concessão de subsídios reveste na sobrevivência de muitas dessas entidades, bem como o aumento constante de solicitações e de incentivos a prestar, revela-se fundamental a aprovação de um regulamento, de forma a uniformizar procedimentos, simplificando o acesso a todos os interessados, pela definição de regras genéricas aplicáveis a todo o tipo de apoio financeiro a conceder e, consequentemente, pela clarificação dos direitos e obrigações e dos critérios de selecção das acções ou projectos a apoiar.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea j) do n.º 1, do artigo 9.º, alíneas h)m)n)o) e v) do n.º 1, do artigo 16.º, todos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Aljezur, sob proposta da Junta de Freguesia de Aljezur, aprova o seguinte Regulamento para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam na Freguesia Fins de Interesse Público.

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

O presente Regulamento regula as condições de concessão de subsídios, pela Freguesia de Aljezur, a entidades legalmente existentes que prossigam na área da Freguesia actividades com fins de interesse público.

##### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito material**

1 - Para efeitos do presente Regulamento, constituem áreas de manifesto interesse público, nomeadamente:

- a) Saúde;
- b) Educação;
- c) Cultura, tempos livres e desporto;

- d) Acção social;
- e) Defesa do meio ambiente;
- f) Outros

*Handwritten signature and stamp:*  
[Stamp: Município] [Signature: Rui ...]  
Rui ...

### **Artigo 3.º**

#### **Celebração de contratos-programa**

1 - Os apoios poderão ser concedidos mediante a celebração de protocolos ou contratos-programa, nos termos do modelo anexo ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante, nos seguintes casos:

- a) Nas situações de subsídio concedidos com carácter regular
- b) Nos demais casos expressamente previstos na lei.

2 - Sempre que a Freguesia o definir, a atribuição de subsídios fora dos casos previstos no número anterior, poderá ser formalizada através de protocolo onde ficarão expressas as obrigações das partes, aplicando-se o modelo de contrato-programa anexo ao presente Regulamento, com as devidas adaptações.

## **CAPÍTULO II**

### **Da apresentação, instrução e avaliação dos pedidos**

#### **Artigo 4.º**

##### **Apresentação e prazo de entrega dos pedidos**

1 - Os pedidos de subsídios deverão ser solicitados até 31 de Outubro do ano anterior ao da sua execução, de forma a possibilitar a análise atempada nas Opções do Plano e Orçamento da Junta.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os pedidos de subsídios de natureza pontual que podem ser apresentados à Freguesia de Aljezur, a todo o tempo, pelas entidades interessadas.

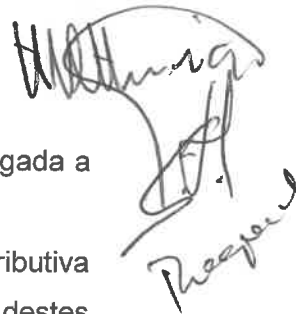
3 - O executivo pode aceitar pedidos de subsídios com prazos diferentes dos definidos nos pontos anteriores, sempre que tal seja de relevante interesse para a freguesia.

#### **Artigo 5.º**

##### **Instrução dos pedidos**

1 - Cada pedido deve indicar concretamente o fim a que se destina o subsídio, sendo obrigatoriamente acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Identificação da entidade requerente, com indicação do número de pessoa colectiva;
- b) Justificação do pedido, com indicação dos programas ou acções que se pretende desenvolver e respectivo orçamento discriminado;

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'H. H. H. H. H.' and the stamp below it says 'Resposta'.

c) Último relatório de contas, quando a entidade esteja legalmente obrigada a dispor deste documento;

d) Documentos comprovativos da regularidade da situação fiscal e contributiva da entidade requerente, quando a entidade esteja legalmente obrigada a dispor destes documentos;

e) Certidão notarial dos estatutos ou indicação do Diário da República onde os mesmos se encontram publicados ou outro documento legalmente exigível;

f) Obrigando-se as entidades beneficiárias a apresentar posteriormente documento comprovativo da realização da despesa subsidiada;

g) Indicação, pela entidade requerente, de eventuais pedidos de financiamento formulados ou a formular a outras pessoas, individuais ou colectivas, particulares ou de direito público, e qual o montante a título de subsídio recebido ou a receber.

2 - A Freguesia de Aljezur reserva-se o direito de solicitar às entidades requerentes documentos adicionais, quando considerados essenciais para a devida instrução e seguimento do processo.

#### **Artigo 6.º**

##### **Avaliação do pedido de atribuição**

1 - Com base nos elementos apresentados, na avaliação qualitativa do pedido e na sua oportunidade, cabe ao Executivo, com observância das regras orçamentais aplicadas à despesa pública, apreciar e decidir a sua atribuição ou não.

2 - Ao Executivo fica reservado o direito de conceder subsídios, no âmbito das suas competências, ainda que os processos não preencham alguns dos requisitos exigidos no artigo anterior, desde que razões de natureza diversa e devidamente fundamentadas o justifiquem.

#### **Artigo 7.º**

##### **CrITÉRIOS de selecção dos projetos**

1 - Todas as candidaturas, serão apreciados com base nos seguintes critérios:

a) Interesse e qualidade dos projectos e ou acções;

b) Continuidade do projecto e qualidade de anteriores realizações;

c) O carácter inovador do projecto;

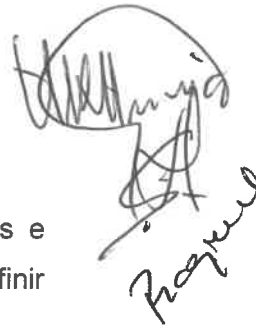
d) O equilíbrio e razoabilidade da proposta orçamental em relação aos objectivos propostos;

e) A capacidade de diversificação das fontes de apoio financeiro e logístico dos projectos e ou acções;

f) Currículos de actividade da entidade requerente.

2 - As comissões de festas, comissões de moradores, ligas de melhoramentos e outras de idêntico fim, exceptuam-se do disposto no número anterior, cabendo definir a forma e critério de selecção a utilizar, à Freguesia.

3 - Exceptuam-se, também, do disposto do n.º 1 do presente artigo, os subsídios atribuídos nos termos da alínea mm) do n.º 1, artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, destinados à aquisição de material de higiene e limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar.



### **CAPÍTULO III**

#### **Das formas de financiamento e avaliação da aplicação dos subsídios**

##### **Artigo 8.º**

###### **Formas de financiamento**

1 - Os subsídios serão sempre atribuídos de forma a não comprometer a execução do orçamento da tesouraria da Junta de Freguesia, sendo pagos:

a) De uma só vez ou de acordo com o cronograma financeiro da acção a apoiar, apresentado em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º, os de valor igual ou inferior a 250 euros;

b) Trimestralmente quando o financiamento for de valor superior a 250 euros.

2 - Sempre que razões de natureza diversa e devidamente fundamentadas o justifiquem, a Freguesia pode definir outro tipo de cronograma financeiro para os pagamentos.

##### **Artigo 9.º**

###### **Avaliação da aplicação de subsídios**

1 - Até 31 de Março do ano seguinte àquele a que respeita o contrato-programa, as entidades beneficiárias devem apresentar o relatório de execução, com particular incidência nos aspectos de natureza financeira e com explicitação dos objectivos e ou dos resultados alcançados.

2 - Este relatório poderá ser exigido pelo serviço proponente, mesmo nos casos em que a atribuição do subsídio não tenha dado origem à celebração de contrato-programa, sempre que o entender necessário.

3 - As entidades subsidiadas nos termos do presente Regulamento, devem ainda organizar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos subsídios.

4 - Ao Executivo reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior, para comprovar da correcta aplicação dos subsídios.

## **Artigo 10.º**

### **Incumprimento do contrato-programa ou protocolo**

O incumprimento do contrato-programa ou protocolo, do plano de actividades, das contrapartidas ou condições estabelecidas, constitui, salvo motivo devidamente fundamentado, considerado de relevante interesse para a freguesia, ou alheio à vontade dos outorgantes, argumento para condicionar a atribuição de novos subsídios por período a definir pela Freguesia ou podendo implicar a reposição dos pagamentos ou parte dos mesmos já efetuados. Caso o Executivo da freguesia assim o delibere.



## **Artigo 11.º**

### **Publicidade das acções**

Os projectos e acções apoiadas ao abrigo do presente Regulamento, quando publicitados ou divulgados por qualquer forma, devem, obrigatoriamente, fazer referência à comparticipação assumida pela Freguesia no seu desenvolvimento, fazendo a menção: "Com o apoio da Freguesia de Aljezur" e ou respectivo logótipo.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições finais e transitórias**

## **Artigo 12.º**

### **Omissões**

Os casos omissos no presente Regulamento serão decididos por deliberação da Freguesia de Aljezur.

## **Artigo 13.º**

### **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias sobre a sua publicação nos termos legais.

**Aprovado, por unanimidade, na Reunião do Executivo**

**Aprovado, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia**